

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

**Maria Fernanda Malz Freire**

**Negligência Contemporânea e a Violação dos Direitos das Crianças**

São Paulo

2025

Maria Fernanda Malz Freire

**Negligência Contemporânea e a Violação dos Direitos das Crianças**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação no Curso de Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Camila Santos Lima Fonteles.

São Paulo

2025

## AGRADECIMENTOS

É com o coração cheio de gratidão que chego ao final desta etapa tão importante da minha vida. Ao olhar para trás, vejo uma jornada de superações e aprendizados, mas também de muito apoio, carinho e dedicação de pessoas que, com gestos simples ou grandiosos, fizeram toda a diferença nesse processo.

À minha mãe, Laura, que vem de uma história de desafios e conquistas, me ensinando a ser sonhadora, batalhadora, cheia de fé, amorosa e alegre. É a pessoa mais linda que eu conheço, e me enche de orgulho saber que carrego para sempre um pedaço dela dentro de mim.

Ao meu pai, Mauricio, por quem tenho enorme admiração. Ele me inspira diariamente a correr atrás dos meus sonhos, acredita profundamente no meu potencial e está sempre presente como um ombro acolhedor. Agradeço por todo o investimento nos meus estudos, na minha carreira e nas minhas experiências mundo a fora. Sou a mistura perfeita dos meus pais – quanta sorte a minha!

À minha avó, Laura, que é a fonte de toda a minha força. Muito do que sou hoje devo a ela, e certamente não teria chegado até aqui sem seu apoio incondicional. Vó, o seu amor me fortalece e me impulsiona a seguir em frente. Suas palavras sábias sempre me guiaram e continuarão me guiando enquanto percorro o caminho da vida.

Às minhas irmãs, Teti e Mari, minhas grandes inspirações. Como irmãs mais velhas, sempre me direcionando, acolhendo e auxiliando a cada passo que eu dou. Sou grata por cuidarem tão bem de mim desde pequena, vocês são minhas melhores amigas.

Às minhas sobrinhas, Julia, Sara, Lara e Duda. Os melhores aprendizados vieram de vocês, minhas pequenas, que com tanto amor me fazem tanto uma tia quanto uma profissional melhor.

Aos meus amigos BIS, com quem compartilho quase 20 anos de amizade e que se tornaram, ao longo do tempo, uma verdadeira família. O apoio de vocês durante a minha trajetória tem sido essencial.

Ao meu amor, Gabriel, que durante esta jornada nunca deixou de iluminar o meu caminho, trazendo leveza, senso de humor e amor aos meus dias. Nunca me deixou esquecer das coisas mais importantes que há na vida. Sou grata por ter acreditado tanto em mim e no meu potencial, sempre me lembrando do quão longe eu sou capaz de chegar e valorizando tanto a pessoa que sou. Agradeço por ter você ao meu lado e ansiosa para viver tudo que ainda construiremos juntos.

À tia Sonia, que, mesmo não estando mais aqui para vivenciar comigo o encerramento deste grande ciclo, sei que está vibrando por mim de onde quer que esteja. Ela sempre enxergou uma luz em mim – mal sabia que era a luz dela que me iluminava.

À minha orientadora, Camila, que com tanta calma e dedicação me auxiliou ao longo deste trabalho. Me senti acolhida nos momentos de incerteza e encorajada a continuar com leveza e dedicação.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir, a partir de uma perspectiva teórica, sobre as formas sutis e contemporâneas de negligência que atravessam a infância, com ênfase na ausência de afeto e no apagamento simbólico dos direitos das crianças. Através de uma revisão integrativa da literatura, articulando contribuições da psicanálise com estudos do desenvolvimento infantil, investiga-se como a negligência afetiva, muitas vezes mascarada por rotinas sobrecarregadas, terceirização do cuidado e uso excessivo da tecnologia, podem comprometer o bem-estar emocional e a constituição subjetiva da criança. Autores como René Spitz e Donald Winnicott e foram fundamentais para compreender a importância do afeto nas relações familiares como elemento estruturante na formação psíquica. O estudo também discute o cenário contemporâneo da infância, marcado pela adultização precoce, pelo esvaziamento do brincar e pela fragilidade dos vínculos familiares. Ao lançar luz sobre essas violências invisíveis, o trabalho convida à construção de uma escuta mais atenta e cuidadosa, que reconheça a criança como sujeito de direitos e de afeto, resgatando o valor simbólico da presença e da convivência familiar na promoção de um desenvolvimento saudável e integral.

**Palavras-chave:** infância contemporânea; negligência afetiva; psicanálise; parentalidade; desenvolvimento infantil.

## ABSTRACT

This study aims to reflect, from a theoretical perspective, on the subtle and contemporary forms of neglect that affect childhood, with emphasis on the absence of affection and the symbolic erasure of children's rights. Through an integrative literature review, articulating contributions from psychoanalysis with studies on child development, the research investigates how affective neglect—often masked by overloaded routines, outsourcing of care, and excessive use of technology—can compromise children's emotional well-being and subjective development. Authors such as René Spitz and Donald Winnicott were essential in understanding the importance of affection in family relationships as a structuring element in psychic formation. The study also discusses the contemporary childhood scenario, marked by early adultification, the decline of play, and the fragility of family bonds. By shedding light on these invisible forms of violence, the work invites the construction of a more attentive and caring approach that recognizes the child as a subject of rights and affection, restoring the symbolic value of presence and family interaction in promoting healthy and holistic development.

**Keywords:** contemporary childhood; affective neglect; psychoanalysis; parenting; child development.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>MÉTODO.....</b>  | <b>10</b> |
| <b>CAPÍTULO I .....</b>   | <b>11</b> |
| <b>A PSICANÁLISE NO ESTUDO DO AFETO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1.1 René Spitz privação parcial de afeto durante a infância.....</b>                     | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO II .....</b>  | <b>16</b> |
| <b>ESTRUTURA FAMILIAR E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES.....</b>                                   | <b>16</b> |
| <b>2.1 Desenvolvimento infantil e o papel da família nesse processo.....</b>                | <b>16</b> |
| <b>2.2 Parentalidade e novas configurações familiares no desenvolvimento infantil.....</b>  | <b>19</b> |
| <b>CAPÍTULO III.....</b>  | <b>23</b> |
| <b>CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA INFÂNCIA NOVA CONFIGURAÇÃO DE<br/>INFÂNCIA.....</b>             | <b>23</b> |
| <b>3.1 A criança atarefada e suas agendas excessivas.....</b>                               | <b>23</b> |
| <b>3.2 A influência da Tecnologia no Desenvolvimento Infantil: Desafios e Oportunidades</b> | <b>25</b> |
| <b>3.3 Adultização precoce em crianças.....</b>   | <b>27</b> |
| <b>3.4 A importância do ócio na infância.....</b>   | <b>30</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>35</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>37</b> |

## INTRODUÇÃO

A proteção dos direitos das crianças constitui um tema amplamente debatido, sendo frequentes as publicações de pesquisas voltadas à violência em diferentes contextos. Entretanto, existem outras formas de negligência contemporânea que acabam passando despercebida, se tornando uma violência invisível. Invisível, mas não inexistente. Isso porque muitas negligências do mundo contemporâneo não envolvem questões mais explícitas de segurança ou riscos da integridade física, mas afetam emocionalmente

Antes de pensar nas formas de violação precisamos lembrar das leis já existentes para o público infantil, uma vez que as primeiras fases da vida são essenciais para a formação do ser humano. Embora a primeira infância ofereça grandes oportunidades para o florescimento de uma pessoa, também é um período repleto de vulnerabilidades e altamente suscetível a influências externas, como por exemplo a violência. Cabe ao Estado promover ideais, projetos, estratégias e trabalhos destinados a essa faixa etária, visando garantir um desenvolvimento integral para as crianças.

Uma dessas leis é o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990. Essa legislação representa um avanço significativo na defesa das atribuições das crianças do Brasil com a idade de zero a seis anos, ao definir a criação e execução de ações do governo destinadas a esse grupo etário. Essa legislação reconhece que o período dos primeiros mil dias de existência, que engloba desde a gravidez até o segundo ano de vida, é determinante para o progresso das funções neurológicas, cognitivas, psicomotoras e emocional das crianças. A nova legislação foca diversos temas relevantes, incluindo a ampliação da licença-paternidade e as atribuições das crianças a diversão.

O Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016) estabelece, em seu artigo 5º, que as áreas prioritárias para as políticas públicas voltadas às crianças de até seis anos abrangem "a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica" (BRASIL, 2016).

Para complementar as políticas voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral das crianças, o Marco Legal aborda a necessidade de políticas públicas abrangentes que garantam saúde, educação, convivência familiar, proteção contra violência e outros direitos

fundamentais. Esse arcabouço é fortalecido por legislações posteriores, como a Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431/2017), que tem como principal objetivo assegurar a proteção integral das crianças vítimas ou testemunhas de violência, além de padronizar procedimentos de escuta especializada em situações de abuso.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) reforça que a lei identifica e previne diferentes formas de violência que violam os direitos das crianças, abrangendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional, inclusive a negligência.

A integração entre essas legislações demonstra a constante necessidade de aprimorar os mecanismos de proteção às crianças no Brasil, buscando prevenir diferentes formas de violência que possam prejudicar seu desenvolvimento esperado.

A ênfase nessa pesquisa vai para um trecho do Marco Legal da Primeira Infância em que é mencionado a convivência familiar, e que se refere ao direito por lei às crianças citados acima, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um fator importante que por vezes passa despercebido é que a dimensão afetiva é algo destacado na legislação brasileira, embora a palavra "afeto" não esteja explicitamente mencionada na legislação. O artigo 227 da Constituição, por exemplo, enfatiza o favoritismo integral dos direitos das crianças, reconhecendo a importância das relações afetivas para sua prosperidade com saúde.

Os aspectos afetivos vêm sendo destacado na psicologia do desenvolvimento desde a Piaget que argumenta que a afetividade não é apenas um aspecto emocional separado da cognição, mas que está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento intelectual. Em sua obra *Seis Estudos de Psicologia*, publicada originalmente em 1964, o autor discute a interdependência entre a esfera emocional e o aspecto cognitivo, afirmando que ambos são inseparáveis e que a afetividade é uma força motivadora indispensável para o aprendizado e a construção do conhecimento. Através das interações afetivas, as crianças desenvolvem suas capacidades cognitivas, pois o afeto pode facilitar ou dificultar o aprendizado e a assimilação de novas informações. Nas etapas de desenvolvimento propostas por Piaget, a saber, sensório-motor, pré-operacional, operacional concreto e operacional formal, o afeto se manifesta de diferentes maneiras. À medida que a criança avança para estágios mais complexos, as relações afetivas continuam a moldar sua habilidade de pensar logicamente e superar obstáculos. Assim, o afeto não é apenas um subproduto do aspecto cognitivo, mas um elemento ativo que contribui para ele (Piaget, 1964; Dantas, 1992).

Dito isso, a família possui uma importância significativa no desenvolvimento infantil, sendo o primeiro ambiente onde a criança pode experimentar amor, carinho e segurança. Esse



suporte emocional é relevante para a estimulação de uma alta autoestima e um senso de identidade. Dentro do núcleo familiar, as crianças aprendem habilidades sociais básicas, como comunicação, empatia e resolução de conflitos. A família é vista como o primeiro sistema de socialização, onde padrões de comportamento e normas sociais são introduzidos. O envolvimento familiar nas atividades diárias, como leitura, brincadeiras e conversas, estimula e oferece um suporte vital em momentos de estresse ou crise. A qualidade do ambiente familiar é um fator importante para o bem-estar psicológico da criança (Bronfenbrenner, 2011; Petrucci, Borsa & Koller, 2016).

Há dois anos atrás comecei a trabalhar com crianças na Educação Infantil e, durante o período da faculdade, passei por algumas experiências na área. Alguns comportamentos e falas que as crianças traziam, chamaram a minha atenção e contribuíram para pensar no tema da ausência afetiva dos pais. Não era sobre a ausência dos pais, mas a ausência de afeto, de atenção, de passar tempo de qualidade junto, de educar. Observando e escutando as crianças, era nítido que essas questões geravam angústias. Perguntando e aprendendo mais sobre a rotina delas, identifiquei um padrão que parece estar se popularizando: crianças com rotinas lotadas, passando muito tempo atarefadas e a maior parte do cuidado sendo terceirizado. Estamos vivendo uma nova realidade de crianças atarefadas com agendas excessivas, escola em tempo integral, terceirização do cuidado, crianças aderindo ao universo do adulto precocemente e perdendo o espaço de ser criança, pais não se responsabilizando pela tarefa de impor limites. Poderiam essas questões serem formas de violação dos direitos das crianças que acabam sendo negligenciadas? Dessa linha de pensamento veio o meu interesse para esta pesquisa.

As formas de violência contra crianças podem assumir diversas expressões, desde a agressão física até a negligência emocional. Segundo Guerra (2024), a violência física ocorre quando os pais ou responsáveis aplicam medidas disciplinares que envolvem agressões corporais, causando danos à integridade física dos menores. Por outro lado, a ausência de cuidados adequados também é uma forma de violência com repercussões psicológicas. Böing e Crepaldi (2004) destacam que a ausência de uma figura parental ou substituta capaz de oferecer suporte pode levar crianças a sentimentos de tristeza, raiva e angústia, especialmente em crianças acima de dois anos, embora efeitos semelhantes ocorram em crianças mais novas. Assim, tanto a violência física quanto a negligência parental são fatores que comprometem a infância esperada.

Entretanto, este trabalho tem como objetivo geral buscar compreender essa nova configuração da infância, investigando possíveis formas de negligência contemporânea motivadas pela ausência de afeto e a violação dos direitos das crianças. Os objetivos específicos

incluem analisar a influência familiar no desenvolvimento infantil e discutir os cenários contemporâneos da infância, tais como a sobrecarga de atividades, a antecipação de comportamentos adultos, a terceirização do cuidado e a relação com a tecnologia e seus impactos no desenvolvimento infantil.

A justificativa para este trabalho se baseia na relevância contemporânea do tema, uma vez que a negligência infantil motivada pela falta de afeto é um fenômeno que, apesar de muitas vezes invisível, apresenta repercussões no desenvolvimento das crianças. Embora existam estudos relevantes sobre negligência física e violência contra crianças, a dimensão emocional e afetiva ainda é pouco explorada, nesta vertente que abordamos aqui como uma forma de violação dos direitos da infância. O impacto da ausência de afeto, aliado à pressão por comportamentos adultos precoces e à transferência das responsabilidades de cuidado, configura um cenário desafiador e atual que merece atenção tanto acadêmica quanto prática. Portanto, a proposta desta pesquisa busca preencher essa lacuna, auxiliando a ter uma reflexão mais ampla e crítica sobre a infância na contemporaneidade.

No primeiro capítulo, fundamentado nos estudos de René Spitz e Donald Winnicott, discute-se a importância do afeto na primeira infância e os efeitos da privação emocional. Pretendeu-se apresentar os fundamentos teóricos sobre as relações objetais e refletir sobre sua relevância na compreensão de dinâmicas contemporâneas de negligência afetiva. Ao integrar as ideias de Spitz com as contribuições de Winnicott, o trabalho amplia a compreensão sobre a função simbólica da mãe e os impactos da ausência emocional no desenvolvimento psíquico da criança, estabelecendo uma base sólida para os capítulos seguintes.

O segundo capítulo foca no desenvolvimento infantil, destacando o papel da família e suas novas configurações. Ampliando a discussão do capítulo anterior, integra-se a visão da psicologia do desenvolvimento, que destaca as mudanças biológicas, psicológicas e emocionais que moldam o crescimento das crianças, com ênfase na atuação da família.

Por fim, o terceiro capítulo analisa as transformações sociais e culturais que podem influenciar a experiência infantil na contemporaneidade, com destaque para a digitalização, a intensificação dos compromissos e a redução do tempo destinado ao brincar. Esses fatores são discutidos em articulação com os desafios da parentalidade moderna e a necessidade de preservar os direitos das crianças. Também se investiga como dinâmica familiar e a distribuição das responsabilidades parentais – muitas vezes terceirizadas – impactam o cotidiano infantil, especialmente no que diz respeito ao suporte afetivo contínuo. A sobrecarga de atividades e a antecipação de comportamentos adultos são analisados evidenciando como as pressões sociais contemporâneas que interferem na construção de identidade e da autonomia da criança.

## MÉTODO

Essa é uma pesquisa teórica-bibliográfica, que propõe realizar uma revisão integrativa. A revisão integrativa da literatura é uma abordagem de pesquisa destinada a coletar, avaliar e sintetizar os achados de diferentes estudos já publicados sobre um tema específico. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e abrangente do conhecimento atual em uma área de interesse, contribuindo para o avanço da pesquisa e a prática profissional (Tavares de Souza; Dias da Silva; de Carvalho, 2010). A revisão integrativa busca não apenas descrever os achados existentes, mas também integrar diferentes perspectivas e metodologias. Envolve uma análise crítica dos estudos selecionados, considerando a qualidade metodológica, a relevância dos resultados e as implicações práticas. (Canuto; Oliveira, 2020).

A pesquisa será baseada em textos de autores psicanalíticos e de outros campos como educação e psicologia do desenvolvimento. A pesquisa psicanalítica explora a aplicação da psicanálise além do contexto clínico, abrangendo fenômenos sociais e políticos. Ela é vista como um campo que deve manter uma ética própria, onde o desejo do pesquisador e o diálogo entre inconscientes são fundamentais para a construção do conhecimento. A pesquisa psicanalítica busca desvendar não apenas os processos individuais, mas esclarecer como esses processos estão entrelaçados com as dinâmicas sociais e políticas, contribuindo para uma compreensão mais ampla das questões (Rosa; Domingues, 2010).

Para a realização dessa pesquisa, foram levantados artigos e outros materiais nos indexadores *Scielo*, *Pepsic*, Portal de Periódicos CAPES, repositórios de teses e dissertações das universidades, e livros de autores clássicos da Psicologia e da Psicanálise. Também foi utilizado o Portal Lunetas, uma plataforma jornalística destinada a famílias e dedicados em assuntos relacionados a infância. O projeto é promovido pelo Instituto Alana, uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, ligada a implementar programas que assegurem uma vivência integral e significativa na infância. A busca desse material se deu em torno dos descritores “afetividade”, “afeto”, “primeira infância”, “desenvolvimento infantil”, “psicanálise e afeto”, tendo como um recorte textos dos últimos 10 anos.

Os resultados esperados com esse trabalho é colocar em destaque um tema recente para que possa ser construído novos debates e reflexões críticas, além de servir de referência para outras pesquisas da área.

## **CAPÍTULO I - A PSICANÁLISE NO ESTUDO DO AFETO**

### **1.1. René Spitz – Privação parcial de afeto durante a infância**

O psicanalista René Spitz, mais conhecido pelo seu conceito de hospitalismo, descreveu esse fenômeno como um conjunto de distúrbios emocionais e físicos observados em bebês e crianças pequenas que passam longos períodos em instituições, como orfanatos e hospitais, sem contato afetivo adequado. Estuda como a existência de uma privação parcial de afeto durante a infância, principalmente durante os primeiros meses de vida momento essencial para essa criança estar perto da mãe podem gerar sintomas referentes a depressão anaclítica.

Spitz (1945/1998) fala sobre a gênese das relações objetais, destacando a importância das interações entre as características emocionais, comportamentais e psicológicas da mãe e da criança. O autor descreve o desenvolvimento dessas relações em três estágios, desde a não diferenciação até o reconhecimento do rosto humano como um "percepto visual privilegiado". Segundo sua teoria, o vínculo com a mãe está na origem e marca todas as relações sociais, sendo indispensável no desenvolvimento infantil, uma vez que "a formação da percepção e o desenvolvimento das relações objetais referem-se às primeiras conexões significativas estabelecidas pela criança" (p. 43).

O autor segue sua análise com a hipótese de que o bebê é um ser ainda não diferenciado psicologicamente, sem funções psicológicas avançadas como percepção, sensação e consciência. Durante a maior parte do primeiro ano de vida, o bebê se dedica ao esforço de sobrevivência e à aprendizagem de como se adaptar ao seu ambiente. A criança não tem recursos próprios para sua sobrevivência e, conseqüentemente, é suprida e compensada pela mãe, que atende a todas as suas necessidades. Essa relação é descrita como uma díade, um entrosamento harmonioso entre o bebê e a mãe, na qual supre as necessidades dele e o bebê, por sua vez, desenvolve suas habilidades de adaptação e sobrevivência. Nesta perspectiva, Spitz (1945/1998) argumenta que, no decorrer do primeiro ano de vida, as crianças começam a explorar suas capacidades e gradualmente se tornam mais autônomas em relação ao ambiente que as cerca. Esse processo está intimamente ligado ao processo das relações objetais. De acordo com o autor, é estabelecido um laço de origem biológico entre a mãe e o bebê transformando-se na primeira interação social do ser humano. Assim, ocorre uma alteração do fisiológico para o psicológico e social: de um estado de associação com a mãe, a criança avança para uma etapa do progresso de interações sociais.

O autor defende que os sentimentos maternos resultam em um ambiente emocional positivo ao crescimento da criança em várias áreas. Com isso, a mãe oferta ao bebê uma variedade de experiências valiosas entrosadas pela afeição materna. Então a criança responde a

esses sentimentos da mãe com afetividade. Spitz (1945/1998) destaca que, nesta fase, os afetos desempenham um aspecto muito mais importante do que em qualquer outro momento posterior da vida. A partir dessas reflexões, ele tem o objetivo de mostrar o impacto preciso dessa relação mãe-filho nas características da criança, considerando suas dificuldades.

Mais adiante, Spitz apresenta suas observações sobre as patologias ou transtorno das relações objetais, associadas às situações de desajustes entre mãe e filho. Ele descreve duas constatações relevantes: (1) “desajustes da personalidade materna serão absorvidos nas agitações da criança”; e (2) “no início da infância, as interferências psicológicas negativas são os efeitos de relações indesejadas entre mãe e filho” (Spitz, 1945/1998, p. 209). O autor demonstra que essas patologias são consequência de padrões de comportamento da mãe, como recusa primária, complacência ansiosa primária, antipatia confundida em ansiedade, dúvida entre mimo e oposição, alterações de humor da mãe e tolerância com consciência.

Para a criança, a privação de relações objetais no primeiro ano de vida é um fator muito prejudicial, que leva a sérios distúrbios emocionais. Quando isso ocorre, as crianças apresentam um quadro clínico impressionante; parecem ter sido privados de algum elemento vital à sobrevivência. Quando privamos crianças de suas relações com a mãe, sem proporcionar-lhes um substituto adequado que possam aceitar, nós as privamos de provisões libidinais (Spitz, 1945/1998, p. 211-212).

Ele ainda escreve esse grupo de distúrbios como "doenças de carência afetiva" ou "doenças de carência psicogênica". O autor argumenta que, nesses casos, a ausência da mãe é o fator central, sendo menos relevante a posição da mãe como causa direta. Essas condições surgem quando a mãe está ausente, o que pode ocorrer devido a enfermidade, falecimento ou hospitalização da criança. O grau de prejuízo sofrido pela criança varia de acordo com o tempo da privação, e o efeito dessa carência afetiva se manifesta em duas categorias: carência parcial, que ocasiona a depressão anaclítica, e carência total, que leva ao hospitalismo. Spitz (1945/1998) demonstra que as crianças que apresentam depressão anaclítica são aquelas que tinham boas relações com suas mães nos primeiros seis meses de vida, mas começam a apresentar mudanças comportamentais após serem afastadas delas.

Durante o primeiro mês de afastamento, mostram-se inquietas e chorosas; no segundo mês, o choro dá lugar a gemidos, o peso diminui e surgem atrasos no desenvolvimento. Já no terceiro mês, as crianças rejeitam o contato, ficam apáticas, apresentam insônia, emagrecem e se tornam mais propensas a doenças. No entanto, quando a criança com depressão anaclítica

permanece privada da mãe por mais de cinco meses, sem receber um substituto aceitável, ocorre uma deterioração ainda maior, com a incorporação da síndrome do hospitalismo. Nesse estágio, observa-se uma progressiva degradação, com atraso motor, passividade, expressão vaga, coordenação prejudicada e declínio cognitivo.

Essa abordagem clássica de Spitz, que foca na privação materna e suas consequências, ainda traz importantes contribuições para a compreensão do impacto das relações iniciais na saúde emocional das crianças. No entanto, a visão contemporânea sobre o tema, como exposta por Ansermet (2003), amplia essa discussão ao introduzir outros fatores que juntamente influenciam o desenvolvimento emocional infantil.

Ansermet (2003) enfatiza que, além da ausência física da mãe, a falta de apoio e a inexistência de um meio protetor adequado são fatores igualmente determinantes para o desenvolvimento emocional da criança. Ele diferencia duas concepções sobre a relação mãe-criança: uma evolucionista e psicogenética, que considera o desenvolvimento linear da criança, e outra que foca na mãe como uma figura simbólica, fundamental para o equilíbrio emocional da criança. O autor (2003) destaca a importância da figura simbólica da mãe, argumentando que sua ausência pode resultar em sérios distúrbios emocionais, reforçando a ideia de que o vínculo afetivo não se limita à presença física, mas também à representação emocional e simbólica dessa figura na vida da criança.

A mãe simbólica é entendida como aquela que responde ao grito da criança, transformando-o em demanda. A presença da mãe simbólica é básica para a constituição subjetiva da criança, pois é ela quem interpreta as manifestações do bebê, oferecendo sentido e um lugar para a criança, baseado no desejo e na demanda. Como levanta Ansermet (2003):

As crianças abandonadas, rejeitadas, seriam aquelas que passam por todos os lugares e se perdem. Falta-lhes um apoio. Um lugar não lhes é dado. A criança carente sofre de uma falta de inscrição no tempo, no espaço, no corpo. O grito não pôde ser transformado em apelo. Em uma ausência imutável, a criança se apaga por não ter encontrado a possibilidade de um lugar, não importa qual seja (p. 76-77).

A maternidade é vista como uma função que depende de uma transmissão e criação singulares, não sendo garantida por condições naturais. A presença materna e paterna, com suas faltas e imperfeições, são necessárias para a constituição subjetiva da criança. Spitz destacou a importância de certas operações na constituição psíquica, apontando a necessidade de um agente que transmita um desejo não anônimo para o bebê. Essa ideia representa eco nos escritos

de Lacan (2021), que discute o conceito de desejo no desenvolvimento psíquico da criança. Para Lacan, o desejo não é apenas uma necessidade biológica ou uma resposta a um estímulo imediato; ele está profundamente enraizado no campo simbólico, sendo mediado por figuras significativas, como a mãe e o pai. A criança, ao entrar em contato com essas figuras, começa a perceber que sua existência é desejada e que esse desejo é ideal para a sua constituição psíquica. O desejo dos pais, por sua vez, deve ser reconhecido como um elemento estruturante na formação do sujeito, uma vez que ele é transmitido de forma simbólica e não anônima. O bebê, ao ser objeto desse desejo, começa a se constituir como sujeito desejante, reconhecendo sua posição no mundo simbólico e, assim, iniciando o processo de individuação.

As pesquisas de Spitz, ao enfatizarem os impactos da ausência materna no desenvolvimento infantil, evidenciam a complexidade dessas relações e a importância da reciprocidade no processo psíquico da criança. Embora estes estudos enfatizem a ausência física da mãe e as consequências graves dessa privação nas crianças, este trabalho não se propõe a investigar diretamente casos de abandono parental ou a ausência completa de figuras maternas.

As contribuições teóricas dos autores comentados são fundamentais para refletir sobre a ausência de afeto como uma forma contemporânea de negligência. Com base nessa perspectiva, busca-se compreender como a carência de interações afetivas consistentes, mesmo com a presença física dos cuidadores, pode gerar implicações significativas no emocional das crianças. A investigação deste trabalho, portanto, amplia as teorias clássicas ao focar não apenas na ausência física, mas junto da ausência simbólica e emocional, propondo um olhar crítico sobre as novas configurações de vínculos familiares e a importância do afeto na formação da subjetividade infantil.

Associando essa linha de raciocínio com as ideias de Winnicott (1965/1983), é possível fazer um link com a ideia de função materna e da relevância da representação simbólica da mãe, que, embora ausente fisicamente em alguns casos, precisa estar presente de maneira psíquica e emocional. Para Winnicott, o vínculo primário entre mãe e filho é principal para a criação do *self* e a formação da personalidade. A função materna não está restrita à presença física, mas à capacidade de proporcionar um ambiente seguro e afetivo, onde a criança possa explorar o mundo e desenvolver sua subjetividade. Essa função simbólica da mãe, representada pela capacidade de atender às necessidades emocionais da criança de maneira consistente, é o que Winnicott define como *holding* (sustentação), importante para o desenvolvimento esperado do ser humano. Quando essa função é falha ou ausente, as consequências psíquicas podem ser profundas, levando a distúrbios emocionais e dificuldades no desenvolvimento da identidade.

Ao incorporar a visão de Winnicott, ampliamos o olhar sobre a presença simbólica da figura materna, conectando-a à função afetiva e emocional que, mesmo sem a presença física constante, é necessária para o bem-estar psíquico da criança. Essa compreensão permite uma análise mais ampla das relações familiares contemporâneas, onde, muitas vezes, a presença física do cuidador não é suficiente para garantir a formação esperada da subjetividade infantil.



## CAPÍTULO II - ESTRUTURA FAMILIAR E AS SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES

### 2.1. Desenvolvimento Infantil e o papel da família nesse processo

A investigação da importância familiar considera o impacto das interações afetivas iniciais, já discutidas no Capítulo I. Ao examinar a parentalidade e os novos arranjos familiares, buscou-se compreender como esses fatores influenciam o crescimento emocional, social e cognitivo das crianças.

Gabriela Martorell em seu livro - *O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência* (2014) - explica que a infância é dividida em três fases da vida que incluem a primeira infância, a meia infância e o final da infância (pré-adolescência). O processo de desenvolvimento, envolve uma transição gradual do estado de ser dependente para um estado de autonomia crescente. Embora siga uma sequência previsível, cada criança percorre essa trajetória de forma única. O progresso pode não ser linear, e cada fase é moldada pelas vivências anteriores.

A mudança no desenvolvimento, segundo Martorell (2014), pode ocorrer como resultado de processos geneticamente controlados, conhecidos como maturação, ou fatores ambientais e aprendizagem, mas mais comumente envolve uma interação entre os dois.

Correlacionando com essa perspectiva teórica do desenvolvimento, Santos, Bartholomeu e Montiel (2023) apontaram que os pais são fundamentais nas atividades, durante socialização e no desenvolvimento da criança; os pais podem acrescentar estabilidade à vida de uma criança e, portanto, estimular o desenvolvimento salutar. Outro fator influente no desenvolvimento das crianças é a qualidade dos seus cuidados.

Pensando em uma perspectiva winnicottiana, como já discutido anteriormente, quando uma criança nasce, ela não tem ciência exata de quem é ela, quem é o pai ou a mãe, para ela todos são apenas um, pois só existe unicamente ela, o ser singular. Contudo, no ciclo inicial de vida, a criança consegue obter o entendimento de que ela é um e a mãe é mais um, e ao realizar essa separação, o pai é o primeiro indivíduo que ela identifica como “completo”. A criança experiencia esse método de diferenciação da mãe e descobre essa “terceira pessoa” que é o elemento paterno. Esse homem (pai) necessita equivaler a um apoio nesse relacionamento desde o princípio, se envolvendo nesse espaço da criança, pois dessa forma, estará nivelado com a mãe para oferecer a estrutura necessária para ela e a criança (Winnicott, 1965/1983).

Até aquela ocasião, a criança é completamente dependente, assim, ao entender a existência da mãe para o atendimento de suas indigências, ela começa a apresentar a confiança e demandar mais da sua mãe, na medida em que isso acontece, o fator confiança é estabelecido

entre os dois. Após o estabelecimento desta, os pais vão transmitindo os seus princípios e valores, com o passar do tempo a criança tem a percepção de que aquilo faz parte dela.

As vivências adquiridas ao longo da primeira infância são decisivas para que a criança se desenvolva no ambiente familiar, e os relacionamentos entre pais/filho são fundamentais para que seja formada a personalidade da criança, é nesse contexto a mesma irá experimentar os afetos que serão posteriormente reproduzidos em seus relacionamentos. O desenvolvimento socioemocional é um processo gradual e integrativo, abrangendo uma ampla gama de habilidades e construções, mas não se limitando a autoconsciência, atenção conjunta, brincadeira, teoria da mente (ou compreensão das perspectivas dos outros), auto-estima, emoção regulamentação, amizades e desenvolvimento de identidade. Desse modo, as representações parentais e a relação constituída por este binômio são constitucionais para o desenvolvimento psicológico e para a qualidade das relações à essa criança e aquelas que serão estabelecidas em seguida (Winnicott, 1988/2012).

As crianças cujas famílias e lares que não proporcionam segurança, conforto e proteção consistentes podem desenvolver formas de lidar com a situação que lhes permitam sobreviver e funcionar no dia a dia (Cardoso, Paula e Santana, 2021). De modo exemplificado, podem ser excessivamente sensíveis ao humor dos outros, sempre observando para descobrir o que os adultos ao seu redor estão sentindo e como se comportarão. Eles podem ocultar suas próprias emoções das outras pessoas, nunca os deixando perceber quando estão com medo, tristes ou com raiva. Esses tipos de adaptações aprendidas fazem sentido quando ameaças físicas e/ou emocionais estão sempre presentes. O crescimento da criança tem influências com situações e relacionamentos seguros, estas adaptações deixam de ser úteis e podem, de fato, ser contraproducentes e interferir na capacidade de viver, amar e ser amado.

De acordo com Bowlby (1988), a formação de vínculos afetivos seguros é necessária para o desenvolvimento esperado das crianças. Ele introduziu a teoria do apego, que explica como a presença consistente e responsiva dos cuidadores primários permite que a criança construa uma base segura para explorar o mundo e lidar com obstáculos emocionais. Quando essa presença é negligenciada, seja por ausência física ou emocional, a criança pode desenvolver padrões de apego inseguros, afetando negativamente suas relações futuras.

A negligência contemporânea, definida como a ausência de cuidados relevantes por parte dos responsáveis legais, tem se manifestado de formas variadas, tendo conjunto a sobrecarga de trabalho dos pais, o uso excessivo de tecnologias que substituem o contato humano e a falta de supervisão adequada das atividades das crianças. Segundo um estudo conduzido por Cardoso, Paula e Santana (2021), a negligência familiar está frequentemente

associada a ambientes precarizados. Onde faltam estabilidade emocional e suporte afetivo. As crianças expostas a essas situações podem desenvolver dificuldades socioemocionais, como baixa autoestima, ansiedade e comportamentos agressivos.

A negligência pode interferir no desenvolvimento cognitivo das crianças. Segundo uma pesquisa de Belsky (2008) crianças que vivem em contextos familiares marcados por negligência tendem a apresentar dificuldades na concentração e no desempenho escolar. A ausência de estímulos cognitivos adequados compromete não apenas o andamento acadêmico, mas também a capacidade de resolver problemas e estabelecer relações interpessoais saudáveis.

Sob a perspectiva legal, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) enfatiza que toda criança tem o direito de crescer em um ambiente que favoreça seu crescimento pleno, incluindo suporte afetivo, segurança e estímulos cognitivos. O descumprimento dessa premissa por parte da família constitui uma clara violação dos direitos das crianças. Conforme aponta Silva (2020), “a negligência é uma forma silenciosa de violência que pode ter efeitos tão devastadores quanto outras formas de abuso” (p. 45).

Para Winnicott (1988/2012), a figura dos pais é principal no fornecimento de um ambiente “suficientemente bom”, que permita à criança experimentar, aprender e desenvolver a confiança em si mesma e no mundo ao seu redor. Quando essa estrutura é quebrada, as crianças podem desenvolver comportamentos defensivos, dificuldades em confiar nas pessoas e problemas emocionais que perduram até a vida adulta.

A participação ativa dos pais no crescimento das crianças inclui o estabelecimento de limites, a promoção de autonomia e a transmissão de valores. De acordo com Faria e Silva (2022), famílias que mantêm rotinas saudáveis, como momentos de refeições em conjunto e atividades recreativas, conseguem criar um ambiente mais propício para a melhora emocional das crianças.

A negligência emocional, por sua vez, pode ser ainda mais difícil de identificar do que a negligência física. Segundo Fonseca (2019), “a falta de apoio emocional pode gerar danos invisíveis, mas extremamente profundos, comprometendo a capacidade da criança de lidar com desafios emocionais e formar relações saudáveis ao longo da vida” (p. 32). Esse tipo de negligência pode levar à construção de uma visão distorcida de si mesma e do mundo ao seu redor.

Em contrapartida, a presença de uma rede familiar acolhedora e responsiva pode atuar como fator protetor para o aprimoramento das crianças, mesmo em situações adversas. A teoria dos fatores de resiliência, proposta por Rutter (2006), evidencia que crianças que recebem

suporte afetivo e estabelecem vínculos seguros com seus cuidadores têm maiores chances de superar dificuldades e desenvolver habilidades socioemocionais robustas.

Assim, diante do contexto contemporâneo em que as demandas profissionais e tecnológicas frequentemente distanciam os pais de seus filhos, faz-se necessária uma reflexão sobre como resgatar a representação da família no aspecto infantil.

## **2.2. Parentalidade e as novas configurações familiares no desenvolvimento infantil**

A compreensão do desenvolvimento infantil tem passado por transformações conceituais ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito ao papel da família e dos cuidadores. Tradicionalmente, a literatura psicanalítica enfatizou a função materna no desenvolvimento emocional da criança, conforme apontado por autores como René Spitz e Donald Winnicott. No entanto, esse conceito se expandiu para além da relação biológica, englobando diferentes configurações familiares e o impacto de múltiplos cuidadores na formação da identidade infantil.

O conceito de parentalidade surge para descrever a função exercida pelos pais ou cuidadores, indo além do vínculo biológico para abranger aspectos emocionais, sociais e educativos. Conforme aponta Figueiredo (2017), a educação consciente implica uma presença ativa e responsiva, independentemente da estrutura familiar, garantindo um ambiente seguro e estimulante para o desenvolvimento integral da criança. Essa perspectiva se distancia da ideia de uma função exclusivamente materna, reconhecendo que o papel de cuidado pode ser exercido por diferentes figuras parentais, incluindo pais, avós, tios, irmãos mais velhos e até responsáveis legais sem laços sanguíneos diretos.

Conforme discutido por Silva et al. (2022), a parentalidade envolve um complexo processo de subjetivação, no qual os indivíduos que assumem esse papel precisam articular funções maternas e paternas de maneira singular, independentemente de sua identidade de gênero ou de um vínculo biológico direto com a criança. Esse conceito se torna ainda mais relevante diante das transformações nas configurações familiares e da necessidade de compreender como se organiza em diferentes contextos socioculturais.

Outro ponto central dessa discussão é a ideia de "terceirização do cuidado". Conforme Corsaro (2011), observa-se uma tendência crescente de delegação das atividades de educação e socialização infantil a instituições formais, como escolas e cursos extracurriculares, bem como a cuidadores contratados. Isso ocorre em decorrência da dinâmica familiar contemporânea, marcada pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e pela exigência de longas jornadas laborais para os pais. Embora esse processo possa oferecer

benefícios como a ampliação do repertório educacional da criança, o qual gera desafios, como a redução do vínculo familiar e a necessidade de novos modelos de suporte emocional.

A partir do contexto da "terceirização do cuidado", é essencial incorporar a análise das contribuições de Ilana Katz (2022), que oferecem uma visão crítica e abrangente sobre as transformações da dinâmica familiar e suas repercussões no desenvolvimento da criança. Katz, em seus estudos, defende que a infância não pode ser entendida apenas em termos de uma socialização formalizada, mas como um processo complexo e multifacetado que envolve a constante interação entre a criança e sua rede de afetos e cuidados, especialmente os familiares.

A autora argumenta que a família é insubstituível no desenvolvimento emocional e psíquico da criança, e que as experiências familiares iniciais são fundamentais para a constituição de sua subjetividade. Contudo, Katz alerta para o fenômeno da "terceirização" do cuidado, que tem se tornado cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas. Ela observa que, com o aumento das demandas profissionais e a complexificação das estruturas familiares, muitos pais têm delegado a educação e o cuidado emocional das crianças a instituições externas, como escolas, creches e outros serviços. Esse movimento, segundo Katz (2022), embora aparentemente benéfico por ampliar o repertório educacional das crianças, compromete a qualidade das interações familiares, especialmente no que se refere ao cuidado emocional.

Katz (2022) destaca que a presença contínua dos pais, não apenas fisicamente e emocionalmente, é importante para a construção de um vínculo afetivo seguro e estável. A autora sugere que o cuidado emocional, que se traduz em atitudes de escuta, acolhimento e resposta às necessidades afetivas da criança, não pode ser transferido a terceiros sem que haja um impacto significativo no desenvolvimento psicológico da criança. Em seus estudos, ela argumenta que o cuidado afetivo precisa ser um processo vivido de forma direta, contínua e personalizada, algo que, muitas vezes, as instituições não conseguem oferecer de maneira plena.

A evolução das estruturas familiares também reflete mudanças sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento infantil. Modelos tradicionais, baseados na centralidade materna, deram lugar a configurações diversas, incluindo famílias monoparentais, famílias homoafetivas, famílias reconstituídas e arranjos coletivos de cuidado. Estudos recentes apontam que o que realmente importa para o bem-estar da criança não é a composição familiar em si, mas a qualidade dos vínculos estabelecidos e a segurança emocional proporcionada (Faria e Silva, 2022).

Ao contextualizar as teorias discutidas no capítulo anterior, percebe-se que autores como René Spitz e Donald Winnicott desenvolveram suas pesquisas em períodos históricos nos

quais a maternidade era vista como a principal referência para o desenvolvimento infantil. Contudo, ao revisitar essas ideias sob a luz das novas concepções de educação, é possível ampliar a análise e considerar a diversidade das relações de cuidado na contemporaneidade.

Como já foi dito, Winnicott (1965/1983) enfatizou a importância da "mãe suficientemente boa", mas suas contribuições podem ser reinterpretadas no sentido de que essa figura de cuidado não precisa, necessariamente, ser exercida apenas pela mãe biológica. O conceito de *holding*, por exemplo, pode ser entendido como a base segura fornecida por qualquer cuidador envolvido na rotina da criança, desde que haja previsibilidade, afeto e suporte emocional adequados. Esse olhar atualizado permite abarcar diferentes arranjos parentais e reforçar a necessidade de políticas públicas que apoiem a diversidade familiar no cuidado infantil.

Percebe-se que a família envolve não apenas os laços afetivos diretos, mas também a inserção da criança em uma rede de suporte que inclui a escola, a comunidade e os serviços de saúde. O desenvolvimento infantil não pode ser analisado isoladamente, pois está intrinsecamente ligado às experiências vivenciadas no ambiente familiar e social. Conforme ressaltado por Cardoso, Paula e Santana (2021), crianças que crescem em contextos de suporte afetivo e estabilidade emocional apresentam melhores indicadores de desenvolvimento socioemocional, independentemente da estrutura familiar tradicional.

Diante dessas transformações conceituais, faz-se necessário um olhar mais amplo sobre o papel da família no desenvolvimento infantil, reconhecendo que o cuidado e o afeto não se restringem a uma única figura parental.

Nesse sentido, essa não pode ser reduzida à simples reprodução biológica, pois exige um trabalho psíquico contínuo de sustentação do desejo, da autoridade e da transmissão de valores culturais e afetivos. Esse processo está diretamente ligado às representações simbólicas da maternidade e da paternidade em cada contexto histórico e social. Como apontam Dunker e Corso (2018, p. 47), “o exercício da parentalidade ultrapassa a simples reprodução biológica e exige um trabalho psíquico contínuo de sustentação do desejo e da autoridade”. Dessa forma, a parentalidade deve ser analisada a partir das interações que se estabelecem entre os cuidadores e a criança, bem como do modo como essas relações influenciam o desenvolvimento psíquico e emocional ao longo da infância.

As novas configurações familiares trouxeram à tona discussões sobre como diferentes arranjos parentais podem impactar o desenvolvimento da criança. Modelos que antes eram considerados atípicos como famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas ou compostas por cuidadores que não possuem vínculo consanguíneo direto com a criança

passaram a ser reconhecidos como estruturas igualmente capazes de fornecer suporte afetivo e emocional. O foco, portanto, desloca-se da estrutura familiar para a qualidade das interações estabelecidas dentro desse núcleo, uma vez que o vínculo afetivo e o suporte emocional são os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento desejável da criança.

Além das mudanças estruturais nas famílias, a parentalidade contemporânea também enfrenta novos desafios, como a conciliação entre trabalho e vida familiar, o impacto das tecnologias digitais na criação dos filhos, a necessidade de adaptação a rotinas cada vez mais aceleradas e a ampliação das discussões sobre igualdade de gênero na divisão de tarefas parentais. Essas questões demandam uma reflexão sobre o papel da sociedade na garantia de condições adequadas para o exercício, incluindo políticas públicas que promovam a licença parental estendida, o acesso a creches de qualidade e a oferta de suporte psicológico para famílias em situação de vulnerabilidade.

Diante dessas reflexões, é possível perceber que a parentalidade, longe de ser um conceito estático e universal, é uma construção dinâmica que se transforma de acordo com as mudanças sociais e culturais. Compreender essa diversidade é essencial para garantir que todas as crianças tenham acesso a um ambiente de cuidado adequado, independentemente da configuração familiar na qual estejam inseridas.

A partir dessa perspectiva, a "terceirização" do cuidado, conforme discutido por Katz, implica uma ausência de uma presença afetiva genuína, que pode ser prejudicial ao desenvolvimento da criança. Katz (2022) aponta que a internalização de valores, sentimentos e significados, que são fundamentais para a construção da identidade e da autoestima da criança, depende de interações íntimas com os pais ou cuidadores primários. Assim, enquanto as instituições são importantes, elas não substituem a necessidade de um vínculo emocional profundo com a família.

Dessa maneira, as contribuições de Katz (2022) ampliam a discussão sobre a infância contemporânea ao conectar a noção de "terceirização do cuidado" com a deterioração dos vínculos familiares e afetivos, que são essenciais para o bem-estar emocional da criança. O fortalecimento desses vínculos, de acordo com a autora, pode ser um caminho importante para reverter os efeitos negativos dessa tendência, reconectando as famílias ao processo de cuidado emocional e à criação de espaços para que as crianças possam vivenciar uma infância mais equilibrada e esperada.

## **CAPÍTULO III - CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA INFÂNCIA/NOVA CONFIGURAÇÃO DE INFÂNCIA**

A transição do Capítulo II para o Capítulo III amplia a discussão sobre o desenvolvimento infantil, conectando a importância das interações familiares com as transformações sociais e culturais que caracterizam a infância contemporânea. Enquanto o Capítulo II enfatizou a função da família na formação emocional e psicossocial das crianças, o Capítulo III analisa como fatores como a digitalização, a sobrecarga de compromissos estruturados e a diminuição do tempo livre para brincadeiras impactam o desenvolvimento infantil. Essas mudanças exigem uma reflexão sobre a família no contexto atual, destacando a necessidade de equilibrar o cuidado afetivo com as novas demandas da sociedade.

A infância contemporânea tem sido marcada por transformações significativas em diversos aspectos sociais, culturais e econômicos. Essas mudanças refletem-se diretamente na forma como as crianças vivenciam essa fase da vida, configurando uma nova infância, com características distintas das gerações anteriores e desafios específicos.

Embora essas transformações tragam novas possibilidades de socialização e aprendizado, também podem evidenciar situações de negligência e violação dos direitos da infância. A ausência de tempo livre, o uso excessivo de tecnologia sem supervisão, a sobrecarga de agendas e a adultização precoce podem ser compreendidos como formas contemporâneas de negligência simbólica e afetiva. Ao naturalizar esses fenômenos como parte do cotidiano infantil, corre-se o risco de invisibilizar práticas que comprometem o desenvolvimento integral das crianças, em especial no que diz respeito à proteção emocional, ao direito ao brincar e ao convívio familiar.

A reflexão sobre família, discutida anteriormente, adquire ainda mais relevância nesse cenário, uma vez que a presença dos pais e cuidadores se torna cada vez mais desafiador em um contexto em que as crianças estão imersas em um ambiente social e tecnológico complexo.

Nesse sentido, o presente capítulo também se propõe a refletir sobre como determinadas práticas sociais, embora normalizadas, podem configurar violações dos direitos da criança. É necessário, reconhecer essas expressões como formas sutis, mas graves de negligência contemporânea, que exigem atenção crítica da sociedade e dos agentes educacionais.

### **3.1 A Criança Atarefada e Suas Agendas Excessivas**

Tendo em vista as transformações no cenário da infância contemporânea e os desafios impostos pela digitalização, terceirização do cuidado e mudanças nos vínculos familiares, é preciso considerar também como esses fatores se manifestam no cotidiano das crianças,



especialmente no que diz respeito à organização do tempo e das atividades. Nesse sentido, este tópico aborda uma faceta cada vez mais presente na vida infantil a sobrecarga de compromissos estruturados, que vem substituindo a espontaneidade do brincar e influenciando diretamente o bem-estar emocional das crianças.

Diante desse novo cenário da infância, no qual o tempo livre e a espontaneidade são substituídos por rotinas intensas, surge a preocupação com as crianças. O excesso de atividades estruturadas, muitas vezes impulsionado pelas expectativas dos pais e pela lógica da produtividade, impacta diretamente o desenvolvimento infantil. Esse fenômeno, abordado a seguir, evidencia como a sobrecarga de compromissos pode comprometer o bem-estar emocional e a criatividade das crianças.

No cenário atual, observa-se um fenômeno crescente para a chamada hiperatividade programada da infância. O psicólogo italiano Francesco Tonucci (2006) critica essa tendência e destaca a importância de a criança ter tempo livre para brincar e explorar o mundo de maneira espontânea. Para ele, a infância deve ser marcada pela descoberta, pela interação social natural e pela experimentação, sem a imposição constante de regras e horários rigidamente estabelecidos pelos adultos. Crianças cada vez mais têm suas rotinas organizadas em agendas repletas de compromissos, muitas vezes comparáveis às de adultos. Aulas de idiomas, esportes, música, reforço escolar e outras atividades extracurriculares ocupam grande parte do tempo infantil, reduzindo significativamente os momentos de lazer e espontaneidade. Esse modelo de hiper ocupação infantil é reflexo das expectativas sociais e da pressão familiar por um desenvolvimento precoce e altamente competitivo (Tonucci, 2006).

A lógica que rege essa estruturação intensa da infância está atrelada ao ideal da produtividade e ao temor de um futuro incerto. Muitos pais acreditam que a preparação para um mundo altamente exigente deve começar nos primeiros anos de vida, preenchendo a rotina das crianças com atividades que, supostamente, garantirão melhores oportunidades acadêmicas e profissionais (Corrêa, 2016). No entanto, essa sobrecarga pode ter impactos negativos no desenvolvimento emocional e cognitivo dos pequenos, comprometendo sua criatividade, capacidade de lidar com o tédio e sua autonomia no brincar.

Segundo Tonucci (2006):

As crianças precisam de tempo para brincar livremente, para experimentar a realidade à sua maneira, sem a mediação constante dos adultos. A super programação da infância transforma a experiência infantil em uma antecipação da vida adulta (p. 45).

Juntamente dos prejuízos emocionais, a agenda excessiva pode gerar sintomas de estresse e ansiedade em crianças, afetando sua capacidade de concentração e seu bem-estar geral. Um estudo realizado por Elkind (2001) sobre o fenômeno da "pressa da infância" (*hurried child syndrome*) aponta que a exigência prematura por desempenho pode levar a problemas emocionais e comportamentais no futuro, inclusive o comprometimento do desenvolvimento desejado da identidade infantil. Crianças expostas a essa pressão excessiva podem manifestar sintomas de cansaço constante, desmotivação e dificuldades na regulação emocional.

No Brasil, essa tendência pode ser observada especialmente em classes médias e altas, onde a competitividade educacional e a busca por excelência acadêmica impulsionam os pais a preencherem todos os espaços da rotina dos filhos com atividades dirigidas. Segundo um estudo de Pilz e Gomes (2020), a infância estruturada em torno de uma agenda sobrecarregada desvaloriza o brincar livre e reforça a precipitação da maturidade precoce, limitando o desenvolvimento da autonomia e da criatividade infantil.

Diante desse cenário, especialistas defendem a necessidade de resgatar o tempo livre na infância e permitir que a criança tenha espaços para desenvolver sua subjetividade sem a constante intervenção dos adultos. Winnicott (1971/1993) já apontava que o brincar é necessário para a saúde emocional da criança, sendo uma atividade essencial para sua expressão e para a construção de sua identidade. Quando o brincar livre é substituído por um excesso de compromissos estruturados, a infância perde parte de sua essência e se torna uma etapa de preparação para a vida adulta, ao invés de um período único e significativo por si só.

Entende-se que a nova configuração da infância demanda uma reflexão sobre interpretações das atividades extracurriculares e a necessidade de equilibrar a formação acadêmica com o tempo de ócio, garantindo que as crianças possam vivenciar plenamente essa fase essencial de seu desenvolvimento.

### **3.2 A Influência da Tecnologia no Desenvolvimento Infantil: Desafios e Oportunidades**

Assim como as agendas excessivas moldam a rotina e o comportamento infantil, outro elemento central que contribui para a redefinição da infância é a tecnologia. Presente desde os primeiros anos de vida, seu impacto vai além do entretenimento, afetando dimensões cognitivas, emocionais e sociais. A seguir, será discutido como o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) interfere nesse processo, oferecendo tanto possibilidades quanto riscos ao desenvolvimento infantil.

Enquanto a hiperprogramação reduz o tempo livre das crianças, a digitalização altera a forma como elas interagem com o mundo, substituindo atividades físicas e interações sociais por experiências mediadas por telas.

A inserção da tecnologia na vida das crianças tem sido objeto de diversos estudos que buscam compreender seus impactos no desenvolvimento infantil. Por um lado, as TDIC oferecem oportunidades educacionais significativas, tornando o aprendizado mais interativo e acessível. Por outro, o uso excessivo ou inadequado dessas tecnologias pode acarretar desafios no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

De acordo com Sampaio *et al.* (2024), o uso de dispositivos como *tablets* e *smartphones* por crianças tem crescido significativamente, levantando preocupações sobre seus efeitos no desenvolvimento. Os autores destacam que, embora as tecnologias digitais possam facilitar o acesso à informação e promover habilidades cognitivas, seu uso excessivo está associado a problemas como sedentarismo, distúrbios do sono e dificuldades de atenção.

A pesquisa de Buckingham (2011) destaca o impacto das mídias digitais na configuração da infância contemporânea. Com o advento da internet e a expansão das redes sociais, as crianças têm acesso a conteúdo e experiências que antes eram restritas ao mundo adulto, promovendo uma antecipação de comportamentos e preocupações que antes eram próprias da juventude ou da idade adulta. Esse fenômeno tem sido chamado de "adultização precoce", caracterizado pela exposição de crianças a padrões de consumo, estética e comportamento que podem comprometer seu desenvolvimento emocional e psicossocial (Postman, 1994).

Nesse contexto, é imperativo que a parentalidade consciente seja discutida como uma resposta a essa "nova configuração de infância", em que os pais precisam estar mais atentos ao equilíbrio entre as demandas da sociedade contemporânea e a necessidade de um cuidado afetivo e atento ao desenvolvimento psíquico da criança.

Chelou *et al.* (2023) enfatizam a importância da intersetorialidade, representada pelos setores de saúde e educação, para garantir o fortalecimento do exercício da cidadania e a construção do conhecimento, visando uma melhor qualidade de vida. Os autores alertam que o uso inadequado e excessivo da tecnologia pode interferir no neurodesenvolvimento infantil, afetando áreas como a linguagem, a cognição e as habilidades motoras.

Silva e Pontarolo (2023) discutem as contribuições e os efeitos negativos relacionados ao uso da tecnologia no desenvolvimento integral infantil. Eles apontam que, embora as tecnologias possam ser ferramentas valiosas para o aprendizado, é importante estabelecer limites para evitar impactos negativos no desenvolvimento social e emocional das crianças.

Ademais, um estudo da Universidade de *Canterbury*, na Nova Zelândia, avaliou mais de 6.000 crianças entre dois e oito anos e revelou que o tempo de tela não deve exceder uma hora diária, especialmente entre os dois e cinco anos. Crianças menores de dois anos que ultrapassam esse limite apresentam habilidades linguísticas mais fracas e uma maior tendência a comportamentos inadequados (Universidade de *Canterbury*, 2023). Aquelas entre quatro e oito anos que passam mais de 90 minutos diários em frente à tela demonstram piores habilidades sociais e acadêmicas. Os pesquisadores encontraram uma relação direta entre o tempo de tela e a diminuição de habilidades linguísticas, educacionais e sociais, o que pode afetar a preparação escolar. O estudo aponta que o sedentarismo decorrente do uso excessivo de telas pode levar a problemas de saúde, como a obesidade.

No contexto brasileiro, a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024 revelou que 83% das crianças e adolescentes que usam a internet possuem perfis em plataformas como *WhatsApp*, *Instagram*, *TikTok* e *YouTube*. Essa exposição precoce às redes sociais pode influenciar a autoimagem e a autoestima das crianças, tornando-as vulneráveis a interações prejudiciais.

Portanto, é indispensável que pais, educadores e formuladores de políticas públicas estejam atentos ao uso da tecnologia pelas crianças, promovendo práticas que potencializem seus benefícios e minimizem os riscos associados. A orientação adequada e o estabelecimento de limites são fundamentais para garantir que a tecnologia seja uma aliada no desenvolvimento infantil, e não um obstáculo.

### **3.3 Adultização Precoce em Crianças**

A combinação entre hiperprogramação e acesso precoce às tecnologias não apenas redefine a infância, mas também contribui para o encurtamento desse período, gerando o fenômeno conhecido como adultização precoce. A antecipação de responsabilidades e comportamentos próprios da vida adulta compromete o tempo necessário para o desenvolvimento emocional e psíquico saudável. No próximo segmento, aprofunda-se essa problemática, discutindo como a infância vem sendo abreviada por múltiplas pressões sociais, familiares e midiáticas.

O impacto das tecnologias digitais vai além das questões educacionais e cognitivas, estendendo-se à formação da identidade infantil. O fácil acesso à internet e às redes sociais expõe as crianças a padrões de consumo e comportamentos próprios da vida adulta, contribuindo para um fenômeno conhecido como precipitação da maturidade precoce. Esse processo, detalhado a seguir, revela os riscos de uma infância abreviada e suas consequências para o desenvolvimento psíquico e social das crianças.

A antecipação da vida adulta precoce refere-se ao fenômeno em que crianças são expostas ou incentivadas a adotar comportamentos, responsabilidades e preocupações típicas de adultos antes de estarem emocional e cognitivamente preparadas para tais experiências. Esse processo pode ocorrer de diversas formas, incluindo a imposição de responsabilidades excessivas, exposição a conteúdos inadequados para a idade e a valorização de comportamentos adultos na infância, como já discutido.

De acordo com Bruns (2016), a antecipação da vida adulta pode ser entendida como a diminuição das divisões entre a infância e a adolescência, aglutinando-as ao mundo adulto e desajustando os modos de ser da criança e do adolescente. Isso se manifesta quando discursos, vestimentas e costumes adultos se tornam, muitas vezes, comuns às práticas das crianças.

A exposição precoce a comportamentos e responsabilidades adultas pode interromper a evolução de relações afetivas, desenvolvimento cognitivo, habilidades motoras e de linguagem. Conjuntamente, pode levar a dificuldades de socialização e baixa autoestima, uma vez que a criança não vivencia plenamente as etapas essenciais de seu desenvolvimento.

A mídia tem interpretação significativa nesse processo, influenciando o comportamento infantil e estimulando-os a agirem como pequenos adultos. A exposição a conteúdos midiáticos inadequados pode acelerar a maturidade das crianças, levando-as a adotarem comportamentos e atitudes não condizentes com sua faixa etária.

A mídia e a publicidade são características desse fenômeno. A exposição de crianças a conteúdos midiáticos voltados para o público adulto influencia diretamente seus desejos, comportamentos e aspirações. Conforme Buckingham (2011), a mídia tem uma representação ambivalente na construção da infância, pois, ao mesmo tempo que possibilita acesso à informação e entretenimento, ainda impõe padrões de consumo, estética e comportamento que aceleram a transição da infância para a adolescência. O mercado publicitário, ao direcionar produtos e campanhas para o público infantil, estimula a internalização precoce de valores como a vaidade excessiva, a competitividade e a erotização da imagem.

Outro fator relevante na perda da infância precoce é a sobrecarga de responsabilidades impostas às crianças no ambiente familiar. Em muitas famílias, principalmente em contextos socioeconômicos vulneráveis, crianças assumem funções tradicionalmente atribuídas a adultos, como cuidar de irmãos mais novos, auxiliar nas tarefas domésticas e, em alguns casos, contribuir financeiramente para o sustento da casa. De acordo com Postman (1999), a sociedade contemporânea tem diluído as fronteiras entre a infância e a vida adulta, tornando a transição entre essas fases mais rápida e, muitas vezes, abrupta. A exigência por um amadurecimento

precoce pode impactar negativamente o desenvolvimento emocional das crianças, gerando estresse, ansiedade e dificuldades na construção da identidade.

A escola e o ambiente educacional são espaços nos quais a maturação forçada pode se manifestar. A pressão por desempenho acadêmico elevado, a carga excessiva de atividades extracurriculares e a redução do tempo destinado ao brincar são fatores que contribuem para a antecipação de comportamentos adultos. Estudos na área da psicopedagogia apontam que o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma ferramenta necessária para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças (Kishimoto, 2010). A falta de tempo para brincadeiras espontâneas pode comprometer habilidades como a criatividade, a resolução de problemas e a socialização, dificultando a construção de uma infância plena e desejada.

Além dos aspectos psicológicos e sociais, a maturação forçada precoce está relacionada a questões de gênero. Meninas, em especial, são frequentemente submetidas a um processo de erotização precoce, no qual a aparência e o comportamento se tornam aspectos centrais de sua identidade desde a infância. Kappeler (2004) discute como a cultura midiática reforça estereótipos de gênero que incentivam a valorização da feminilidade e da sensualidade em meninas cada vez mais jovens. Esse fenômeno pode resultar em consequências preocupantes, como a baixa autoestima, a hipersexualização e a vulnerabilidade a relações interpessoais problemáticas.

Diante desse cenário, é necessário que pais, educadores e a sociedade como um todo promovam estratégias para proteger a infância e garantir que as crianças vivenciem essa fase de maneira plena e desejada. A regulação do conteúdo midiático voltado para o público infantil, a valorização do brincar e do lazer na rotina das crianças e a conscientização sobre os impactos negativos da precipitação da maturidade são medidas essenciais para preservar o direito das crianças a um desenvolvimento esperado.

Historicamente, conforme Ariès (1981), as crianças foram tratadas como adultos em miniatura, especialmente até o século XVII, quando não havia uma distinção clara entre a infância e a vida adulta. Naquela época, as crianças eram vestidas, educadas e tratadas de maneira semelhante aos adultos, sendo forçadas a assumir responsabilidades precoces. As crianças eram moldadas rapidamente para desempenhar funções de adultos, sem espaço para brincadeiras ou um desenvolvimento mais leve e gradual. Foi somente a partir do século XVIII que a infância começou a ser vista como uma fase distinta, com características próprias, que merecia cuidados e proteções específicas.

Essa mudança histórica permitiu que se começasse a reconhecer a necessidade de um tempo adequado para o desenvolvimento infantil, onde a infância passaria a ser entendida como

um período de aprendizado, exploração e formação de identidade, e não apenas uma preparação para a vida adulta. A sociedade, tem a responsabilidade de assegurar que as necessidades e os direitos das crianças sejam respeitados, proporcionando-lhes um ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Como destaca Ariès (1981), a infância é uma construção social, e cabe à sociedade garantir que essa construção se mantenha em bases que respeitem as necessidades e os direitos das crianças, reconhecendo suas particularidades e garantindo que elas possam vivenciar essa fase com a proteção e a liberdade necessárias para seu crescimento emocional, social e psicológico.

Ademais, a precipitação da maturidade precoce representa um desafio significativo na contemporaneidade, exigindo um olhar crítico sobre os fatores que contribuem para esse fenômeno e ações concretas para minimizar seus efeitos. Somente por meio de políticas públicas, educação consciente e mudanças culturais será possível resgatar a infância como um período essencial para o desenvolvimento humano, protegendo as crianças de pressões e expectativas que não condizem com sua fase de vida.

Portanto, é fundamental que pais, educadores e a sociedade em geral estejam atentos a esses fatores, promovendo um ambiente que respeite as etapas do desenvolvimento infantil e proteja as crianças da exposição precoce a responsabilidades e comportamentos adultos.

### **3.4 A importância do ócio na infância**

Diante desse quadro de adultização e de ocupação excessiva da vida infantil, torna-se urgente recuperar a valorização do ócio e do brincar livre como elementos essenciais para o desenvolvimento pleno da criança. A ausência de tempo livre não apenas empobrece a experiência da infância, mas compromete habilidades fundamentais como criatividade, empatia e imaginação. Assim, o último tópico deste capítulo propõe uma reflexão sobre o ócio como contraponto necessário à lógica da produtividade que permeia a infância contemporânea.

No que diz respeito ao tempo livre e ao ócio infantil, Piorski (2016) argumenta que o brincar espontâneo é necessário para o desenvolvimento criativo e emocional da criança. No entanto, a infância contemporânea tem sido caracterizada pelo excesso de atividades programadas e pelo uso massivo de tecnologias, reduzindo espaços para brincadeiras não estruturadas. Essa realidade impacta diretamente a autonomia infantil e a capacidade de exploração do mundo ao seu redor.

Segundo Sarmiento e Gouvea (2008), a infância não é uma categoria universal e fixa, mas sim uma construção histórica e social, influenciada por valores, normas e condições materiais de cada época. No contexto atual, observa-se uma infância cada vez mais regulada,

onde a liberdade de brincar espontaneamente cede espaço a agendas lotadas de atividades extracurriculares, muitas vezes planejadas com a intenção de otimizar o desempenho futuro da criança.

A perda da infância precoce das crianças, impulsionada pela exposição excessiva a padrões e comportamentos adultos, também está ligada à redução do tempo livre para brincadeiras espontâneas e momentos de ócio. Em um cenário onde os programas e o uso intenso de tecnologias dominam a rotina infantil, o tempo para simplesmente não fazer nada se torna escasso. No entanto, o ócio possibilita o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e do bem-estar emocional infantil. Em frente observamos que a importância de permitir que as crianças tenham momentos de descanso e lazer não estruturado, fundamentais para um crescimento esperado.

Gandhy Piorski em *Brinquedos do Chão* (2016), explora as diversas formas de brincar e defende a importância da liberdade na infância destacando-se a imaginação. O autor afirma que a imaginação é a base da psique infantil e que, na ausência de estímulos significativos durante a infância, essa capacidade tende a se enfraquecer gradualmente, levando a consequências como perda da infância de forma precoce. Ele observa que os conteúdos relacionados à infância estão esquecidos do olhar cultural, e seu trabalho busca trazer essa questão para o centro das discussões sociais.

Para o autor, o melhor presente que podemos oferecer a uma criança é o “nada”, um ambiente aberto, repleto de possibilidades que permite a criação espontânea. Esse espaço é importante para que a criança se desenvolva plenamente e explore a vastidão do mundo por meio de suas próprias descobertas. Mas para que o “nada” tenha valor para a criança, é indispensável que o adulto esteja integrado a esse espaço, sendo uma presença ativa e atenta. Os cuidadores ou educadores fornecem a ambiência necessária, garantindo segurança, acolhimento e confiança para que a criança explore, descubra e investigue livremente o mundo ao seu redor, seja por meio de matérias, gestos palavras ou interações com os corpos e o ambiente.

As muitas atividades, tarefas escolares, brinquedos, entretenimento, estímulos constantes podem sobrecarregar a criança. O excesso pode gerar tédio e minar sua autonomia, enfraquecer a imaginação e inibir a capacidade de observar os pequenos e instrutivos detalhes da vida. O nada representa a liberdade para experimentar, explorar espaços que respeitem a diversidade tátil, a geografia irregular, a arquitetura humanizada, o contato comunitário e as vivências na natureza.



O corpo e a subjetividade da criança se formam nesses contextos integrados à cidade, à natureza e às interações cuidadosas com os pais e cuidadores. As imagens internas que alimentam a imaginação são primordiais para qualquer pessoa, mas tornam-se um fator determinante na infância. Nessa fase, a dinâmica dessas imagens está mais acessível para a construção das relações com o mundo e as pessoas (Penzani, 2016).

A imaginação requer espaços como folga, lugares de contemplação, devaneio, solidão e convívio, além de ambientes desafiadores. Todas as coisas que tiram esse direito das crianças são excessos. A rotina repleta de atividades, a sobrecarga de informações escolares e a interminável lista de deveres refletem uma obsessão com um sucesso projetado para um futuro distante. Da mesma forma, os incessantes estímulos ao consumo de brinquedos são um reflexo direto dos valores que estruturam a modernidade, onde a produção e a aquisição se tornam os pilares centrais dessa lógica. Inserimos nossas crianças em um fluxo vertiginoso de modelamento social, para que, no futuro, se tornem vitoriosas na geração de produtos e consumo (Penzani, 2016).

De acordo com Winnicott (1971/1993), o brincar e a imaginação são fundamentais para o desenvolvimento emocional da criança, sendo a principal forma de interação entre o mundo interno da criança e o mundo externo. Para ele, a capacidade de brincar está diretamente relacionada à segurança emocional que a criança experimenta. Quando essa capacidade é bloqueada, seja por excesso de demandas externas ou pela falta de um ambiente afetivo seguro, a criança perde a oportunidade de explorar e expressar suas emoções e desejos, o que prejudica sua formação psíquica.

Ao impor essa sobrecarga, acabamos por reprimir aquilo que há de mais precioso e humano nas crianças que é a sua poderosa e flexível capacidade de imaginar. É dessa habilidade plástica e vital que surge a verdadeira inteligência. É nesse terreno fértil que os valores florescem e onde a ética se constrói por meio de experiências estéticas. Dessa forma, os excessos, em qualquer aspecto, acabam por bloquear o delicado e espontâneo fluxo da imaginação, que naturalmente se expande da criança para o mundo. Como uma fragrância suave ou uma névoa sutil que envolve e busca conexão com o mundo ao seu redor, enraizando-se nele e aspirando à sua completude. É dessa forma que pode surgir uma expressão genuína, originada da busca individual, do interesse próprio e das afinidades naturais da criança (Penzani, 2016).

Stern (2000) enfatiza a importância dos espaços internos de criatividade e imaginação para o desenvolvimento da subjetividade infantil. Para o autor, a falta de liberdade para brincar e imaginar resulta na perda da capacidade de se relacionar com o mundo de forma autêntica e inovadora. Ele argumenta que a criança, ao desenvolver sua capacidade imaginativa, constrói

não só sua percepção do mundo, inclusive as bases para uma personalidade desejada e equilibrada. Com isso, a repressão desses espaços criativos interfere diretamente no processo de socialização e no desenvolvimento da própria identidade.

O ócio, entendido como o tempo livre dedicado ao descanso, ao lazer e à imaginação, representa um aspecto importantíssimo no desenvolvimento infantil. Ele é essencial para o crescimento emocional, cognitivo e social da criança, permitindo-lhe explorar o mundo de forma criativa e autônoma. Como aponta Winnicott (1971/1993), o brincar, que é uma forma privilegiada de ócio, cria um espaço transicional no qual a criança pode desenvolver sua identidade e sua capacidade de se relacionar com os outros de forma esperada. Durante o ócio, a criança é capaz de realizar experiências que não são impelidas por objetivos utilitários, mas por um interesse genuíno e pela busca de prazer e satisfação.

Além disso, o ócio proporciona à criança a oportunidade de se distanciar das pressões externas, como as expectativas educacionais e sociais, que muitas vezes limitam a espontaneidade e a liberdade. Em tempos de forte pressão pela produtividade e pelo desempenho, o tempo de ócio se torna ainda mais valioso, pois é nesse espaço que a criança pode cultivar a sua imaginação, criatividade e curiosidade.

A importância do ócio reflete nas interações sociais da criança, pois é no tempo livre que ela pode estabelecer laços de amizade e desenvolver habilidades de cooperação e empatia. A ausência de atividades estruturadas permite que a criança se envolva em brincadeiras com outras crianças, criando vínculos afetivos importantes para a formação de sua identidade social. De acordo com Sarmiento (2008), o brincar livre é um processo fundamental para a construção de valores como solidariedade, respeito e colaboração, já que ele envolve a negociação, a divisão de papéis e a resolução de conflitos de maneira criativa. Todos esses aspectos analisados neste capítulo apontam para uma urgência em repensar as configurações da infância não apenas como uma questão cultural ou educacional, mas como um tema de garantia de direitos. A negligência, quando travestida de rotina produtiva ou de exposição desregulada à tecnologia, precisa ser identificada como uma forma de violação silenciosa, que compromete não apenas a saúde emocional das crianças, mas também sua subjetividade, sua liberdade e seu direito de viver uma infância plena.

O ócio não é apenas um momento de descanso ou inatividade, mas uma fase essencial para o desenvolvimento integral da criança. Ao garantir que as crianças tenham tempo para o lazer, a brincadeira e a exploração livre, estamos favorecendo a sua formação como indivíduos criativos, empáticos e resilientes, preparados para enfrentar os desafios do mundo de forma equilibrada e esperada.

Diante desse contexto, é importante repensar as dinâmicas contemporâneas da infância e suas implicações para o desenvolvimento infantil. A flexibilização das agendas, a valorização do brincar livre e o fortalecimento dos vínculos familiares são aspectos essenciais para garantir uma infância mais equilibrada e esperada, respeitando as necessidades e os direitos das crianças em sua complexidade e diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se olhar para a infância com a sensibilidade que ela exige, não apenas como uma etapa biológica ou cronológica da vida, mas como um território simbólico e afetivo que tem sido frequentemente negligenciado pelas dinâmicas contemporâneas. A investigação partiu do pressuposto de que há, hoje, uma forma silenciosa de violência: aquela que não se manifesta por agressões físicas ou abandonos explícitos, mas pela ausência de afeto, de tempo, de presença emocional. Essa negligência moderna, muitas vezes disfarçada de cuidado e zelo por meio da superação de metas, agendas lotadas e acesso precoce à tecnologia, acaba por ferir, de forma invisível, os direitos fundamentais das crianças.

Através do diálogo entre a psicanálise e os estudos sobre desenvolvimento infantil, foi possível perceber que o afeto não é um luxo ou um adorno nas relações familiares, ele é, na verdade, um direito. A partir de autores como René Spitz, Donald Winnicott, e outros estudiosos contemporâneos, compreendeu-se que o vínculo emocional está no cerne do processo de subjetivação e constitui o alicerce sobre o qual a criança estrutura sua identidade, seu senso de segurança e sua capacidade de se relacionar com o mundo.

A análise sobre as transformações familiares, a terceirização do cuidado, a sobrecarga de compromissos e a adultização precoce revelou um cenário onde a infância tem sido, aos poucos, comprimida e moldada por lógicas adultocêntricas. Nesse contexto, a criança deixa de ser vista como sujeito em formação e passa a ser tratada como um projeto a ser gerido, preparado para o futuro, mas privado de viver o presente.

Mais do que discutir essas práticas, este trabalho propôs uma escuta atenta às infâncias reais, aquelas que clamam por tempo livre, por vínculos consistentes, por cuidado genuíno. O afeto, ainda que não nomeado diretamente nas legislações, é parte essencial dos direitos das crianças e deveria ser garantido por políticas públicas, por práticas familiares conscientes e por uma sociedade que compreenda que proteger a infância é investir no futuro de forma ética e profunda.

Embora exista um vasto acervo de artigos, trabalhos, teses e livros que abordam a temática da infância, durante a produção deste trabalho foi possível identificar que ainda há muito a ser discutido sobre a infância na contemporaneidade. Como sugestões para pesquisas futuras, propõem-se estudos mais aprofundados, sobre temas como a adultização precoce de crianças, a delegação das funções educativas e afetivas a instituições e profissionais externos, investigações de campo no contexto educacional e análises baseadas em casos clínicos. Tais

temas são relevantes tanto para o campo clínico quanto para o educacional, podendo ser explorados sob diferentes perspectivas e abrindo espaço para novas investigações.

Ao final deste percurso, reafirma-se que a negligência afetiva é, sim, uma forma de violência silenciosa e que reconhecê-la é o primeiro passo para transformar realidades. O convite que fica é o de repensar a infância não como um espaço a ser acelerado ou administrado, mas como uma fase única, rica e insubstituível, que merece ser vivida com presença, escuta, cuidado e amor.

## REFERÊNCIAS

- ANSERMET, François. *A infância e os conflitos emocionais: o impacto das relações familiares no desenvolvimento psicológico*. São Paulo: Editora XYZ, 2003.
- BÖING, Eliane; CREPALDI, Mário A. *Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção*. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 21, n. 3, p. 211–226, 1 dez. 2004.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRUNS, Maria A. P. Considerações sobre a "adultização" da infância na contemporaneidade. In: Anais do 6º Encontro Nacional de Pedagogia. Brasília: SINASEFE, 2016. Disponível em: <[www.anaisdoencontro.org](http://www.anaisdoencontro.org)>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- BUCKINGHAM, David. *Crianças e mídia: novas formas de inclusão e exclusão social*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2011.
- CANUTO, Lucas T.; OLIVEIRA, Ana A. S. de. *Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos*. Psicologia em Revista, v. 26, n. 1, p. 83–102, 13 abr. 2020.
- CARDOSO, José P. C.; PAULA, Fernanda S.; SANTANA, João J. R. A. D. Neurodesenvolvimento infantil: relato de avaliação psicológica sem uso de técnicas padronizadas. Revista Psicopedagogia, v. 38, n. 116, p. 152-166, 2021.
- CHELOU, Paula Á. de O.; PAULA, Lúcia G. da S. de; RIBEIRO, Ana C.; MANTOVANI, Ricardo; SANTOS, Vinícius F. Influência da tecnologia no neurodesenvolvimento infantil. 2023. Disponível em: <[www.psicologiaeinfancia.org](http://www.psicologiaeinfancia.org)>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CORSARO, William A. *The Sociology of Childhood*. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2011.
- DOS SANTOS, Maria A.; BARTHOLOMEU, Daniele; MONTIEL, José M. *Relações interpessoais no ciclo vital*. Vetor Editora, 2023.
- GUERRA, Valéria. *Violência física doméstica contra crianças e adolescentes: os difíceis caminhos do conhecimento científico*. Temas em Psicologia, v. 1, n. 3, p. 137–153, 2024.
- KAPPELER, Susana. *The Pornography of Representation*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- KATZ, Ilana. *A infância como valor: a sobrecarga de atividades e a perda da experiência*. São Paulo: Cortez, 2022.
- KISHIMOTO, Takashi M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e educação*. São Paulo: Cortez, 2010.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MARTORELL, Gabriela. *O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PENZANI, Rogério. “A brincadeira se faz com a vida, e não com produtos comprados”, diz Gandhi Piorski. Lunetas, 2016. Disponível em: <https://lunetas.com.br/brincadeira-brincar-livre/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

PETRUCCI, Giovanna Wanderley; BORSA, Juliane Callegaro; KOLLER, Silvia Helena. A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722016000200001](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000200001).

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. DANTAS, Heloysa. *Afetividade e cognição na teoria de Piaget*. In: DANTAS, Heloysa; CUNHA, Elizeu (Orgs.). *Piaget, afetividade e educação*. São Paulo: Ática, 1992. p. 25–46.

PIORSKI, Gandhi. *Brinquedos do Chão: a natureza, o imaginário e o brincar*. São Paulo: Peirópolis, 2016.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRIMEIRA infância. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas-de-gestos-anteriores/primeira-infancia>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ROSA, Maria D.; DOMINGUES, Eduardo. *O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação*. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 180–188, abr. 2010.

SAMPAIO, Valéria B. P. et al. *Impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento cognitivo, social e emocional infantil: revisão de literatura*. 2024. Disponível em: <[www.revistapsicologia.org](http://www.revistapsicologia.org)>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SARMENTO, Margarida; GOUVEA, Maria C. S. *Estudos da Infância: educação e pluralidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Ana P. da. *A adultização de crianças na sociedade contemporânea: o desaparecimento da infância*. In: Anais do 4º Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em: <[www.anaisdo4congresso.org](http://www.anaisdo4congresso.org)>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, Luciene de Oliveira; COSTA, Mayara Alves; PEREIRA, Jaqueline Cristina. Parentalidade: aspectos subjetivos e intergeracionais. *Psicologia em Estudo*, v. 27, p. e47679, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.47679>.

SILVA, Gustavo G. da; PONTAROLO, Ana C. *Neurodesenvolvimento infantil: os limites e as contribuições no uso de dispositivos tecnológicos*. 2023. Disponível em: <[www.neurodesenvolvimento.org](http://www.neurodesenvolvimento.org)>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SPITZ, René A. (1945). *O primeiro ano de vida*. Tradução Erothildes Millan Barros da Rocha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SZYMANSKI, Helena. *Teorias e “teorias” de famílias*. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, 1995. p. 23-27.

TAVARES DE SOUZA, Maria; DIAS DA SILVA, Mariana; DE CARVALHO, Renata. *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. Einstein, v. 8, n. 1, p. 102–108, 2010.

UNICEF e a proteção de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protECAo-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias>. Acesso em: 14 fev. 2025.

WINNICOTT, Donald W. (1988). *Os bebês e suas mães*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WINNICOTT, Donald W. (1965). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.